



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0003501-59.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Daniela Romualdo Maximiano**
 Requerido: **Claro Embratel Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

A autora alega que mantém contrato de prestação de serviços com a ré, utilizando-se da linha telefônica fixa, prefixo (16) 3201-1775.

Alega ainda que a ré passou a causar interrupções no fornecimento do serviço, deixando-a impossibilitada, por várias vezes, de fazer e receber ligações, alegando falta de pagamento de determinadas faturas.

Almeja à condenação da ré mediante a imposição a ela da obrigação de se abster de efetuar novas interrupções na prestação dos serviços, eis que sempre honrou com os pagamentos das faturas que a ré lhe enviou e nunca deu ensejo a tal situação.

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como a autora ostenta esse *status* em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que a ré, malgrado as alegações postas na sua contestação, não foi capaz de demonstrar a ausência da sua responsabilidade na falha da prestação dos serviços contratados, ou que a elas não tenha dado causa.

Ao contrário, se limitou a asseverar que não houve qualquer irregularidade ou falha na prestação do serviço e que também não deu origem aos transtornos alegados pela autora.

Como a resposta teve caráter genérico e sem qualquer comprovação que conferisse verossimilhança às suas alegações, conforme lhe competia nos termos do artigo 333, inciso II, do Código de Processo Civil, não pode ser considerada para a finalidade a que se destinou.

Aliás, imperioso ressaltar a informação prestada pela própria ré às fls. 11/14 no sentido de ter prontamente restabelecido os serviços da linha telefônica da autora, dando cabal cumprimento à liminar que lhe foi imposta.

A conjugação desses elementos conduz ao acolhimento da pretensão deduzida no particular, afinal, a prestação do serviço à autora, disponibilizando-lhe o perfeito funcionamento dos serviços contratados, é obrigação atinente à ré até por força contratual.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a fornecer à autora os serviços contratados relativamente à linha telefônica fixa (16) 3201-1775, impedindo-lhe de causar novas interrupções em referido serviço a pretexto da falta de pagamento das faturas dos serviços prestados, sem que haja a efetiva comprovação de tais alegações.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. P.R.I.

São Carlos, 27 de janeiro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA